

Presidente Nacional do PT:
Ricardo Berzoini

Secretaria Nacional de Formação Política

Secretária: Marlene da Rocha
Equipe: Silvia Ramos e José Haroldo de Souza
Produção do Texto: Marlene da Rocha e José Haroldo
Jornalista: Ernesto Dantas Araújo Marques

Comissão do Programa de Governo

Marco Aurélio Garcia (coordenador)
Dilermando Toni
Glauber Piva
Juarez Guimarães
Miriam Belquior
Renato Rabello
Valter Pomar

Coordenação de Campanha de 2006

Ricardo Berzoini (coordenador geral)
Gleber Naime
João Felício
Joaquim Soriano
Marco Aurélio Garcia
Paulo Ferreira
Renato Rabello
Romênio Pereira
Valter Pomar
Walter Sorrentino

LULA PRESIDENTE
13 **PT**
DE NOVO COM A FORÇA DO POVO

VICE JOSÉ ALENCAR • COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT•PCdoB•PRB

2003
2006

O BRASIL
MUDDOU



Apresentação

Nas mãos do povo brasileiro está a tarefa de escolher entre dois projetos de governo. Um deles significa a volta ao passado, com subserviência externa, aumento da pobreza e queda do emprego. O outro projeto representa a continuidade de um trabalho que está construindo um Brasil mais justo, igual e democrático. Um Brasil que investe cada vez mais na educação, na habitação, na saúde e na distribuição de renda e que, por isso, está garantindo mais empregos e melhor qualidade de vida para milhões de brasileiros e brasileiras.

Em 2002, o presidente Lula foi eleito com o compromisso de mudar os rumos do Brasil, com estabilidade econômica, redução da inflação, ampliação das exportações, geração de emprego, combate à fome e investimento nas pessoas. E com o desafio de preparar o país para crescer de forma sustentada, com segurança, por muito tempo. Hoje, não há dúvidas: o compromisso está sendo cumprido e o desafio está sendo vencido.

A única maneira, porém, de saber se o nosso País está melhor é comparando com o passado. Porque é com a análise do passado e a avaliação do presente que podemos escolher o futuro que nós queremos.

Essa comparação deve ser feita com serenidade, responsabilidade e espírito de autocrítica. É preciso reconhecer que, embora o Brasil tenha melhorado, erros foram cometidos e ainda há muito o que fazer. A luta contra a corrupção é uma luta interminável e a ela não vamos dar trégua. O desenvolvimento do país é uma missão permanente, que deve ser cumprida com grande respeito às nossas riquezas naturais e à nossa diversidade cultural. A geração de empregos não é apenas uma questão de crescimento econômico; se quisermos melhores empregos, com maior remuneração, precisamos também preparar a nossa mão-de-obra. E se queremos cidadania, com qualidade de vida, precisamos investir em educação.

O Brasil de 2006 já é muito diferente daquele que encontramos em 2003. E, hoje, depois de superar crises e acumular experiência, temos tudo para acelerar os avanços já conquistados.

Estamos prontos para o embate democrático. Estamos prontos para enfrentar essa parte da elite que, conservadora e arrogante, não admite que um partido de trabalhadores possa governar o Brasil com responsabilidade e competência.

Mais do que uma disputa eleitoral tratamos aqui do futuro do nosso povo. Chegou a hora de decidir! Por isso, o trabalho de cada militante é fundamental neste momento. Temos de confrontar as nossas realizações com o que a oposição fez quando foi governo e com o que está propondo fazer novamente. É hora de dizer não ao retrocesso econômico e social.

É hora de dizer que é Lula de Novo com a Força do Povo.

Ricardo Berzoini

Coordenador da Campanha Lula Presidente 2006

2002

PAÍS
APAGÃO

BRASIL 2002:

O PAÍS DO APAGÃO,
DO DESEMPREGO E DA
EXCLUSÃO SOCIAL.

DESEMPREGO
EXCLUSÃO
SOCIAL

O Brasil que encontramos em 2003 vivia em desordem econômica, com o maior índice de desemprego da nossa história, inflação em alta e níveis inaceitáveis de concentração de renda e exclusão social. O país estava desestruturado, resultado de seguidos governos neoliberais, de Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso.

Nada disso acontecia por acaso. Para os neoliberais, como Collor, FHC e Alckmin, a natureza e a vida das pessoas devem se submeter à lógica do mercado. Como o ideário neoliberal parte do princípio que o mercado auto-regulador tem as respostas para todos os problemas da sociedade, eles desmantelaram o Estado brasileiro: privatizaram serviços públicos de interesse nacional, interromperam investimentos em infra-estrutura e transferiram para o setor privado decisões e funções de natureza pública. Problemas estruturais da economia foram ignorados e serviços públicos de caráter universal, como saúde e educação, passaram a ser tratados como mercadoria. Em suma, a crise que encontramos não tem precedentes na história recente do país.

O programa de privatizações foi um grande negócio que, patrocinado pelo governo federal, transferiu para grupos privados nacionais e estrangeiros um patrimônio público que o Brasil havia levado décadas para construir.

As conseqüências:

- 1) Infra-estrutura nacional debilitada, comprometendo a competitividade e o potencial de crescimento da economia.
- 2) Elevação dos preços relativos de serviços públicos importantes, como energia elétrica e transportes, penalizando a renda de amplas camadas da população, especialmente as mais pobres.
- 3) Desestruturação do Estado e limitação de sua autonomia na formulação e gestão da política econômica.

4) Volumoso endividamento do Estado, transformando os juros na principal causa do déficit público.

5) Aumento da dependência e vulnerabilidade da economia brasileira perante o mercado internacional. O saldo comercial ficou negativo, com o aumento das importações e dos gastos com serviços financeiros, principalmente turismo e fretes.

6) Aumento da dívida externa do setor privado e do estoque de capitais estrangeiros e seus encargos financeiros. Apesar disso, perdemos capacidade produtiva e as exportações despencaram. Grande parte da indústria brasileira quebrou diante da concorrência desigual com produtos estrangeiros ou foi engolida pelas gigantes multinacionais.

A estabilidade de preços, a única prioridade daquele modelo, foi alcançada com o sacrifício das contas externas, da solidez das finanças públicas, do crescimento econômico (a média de crescimento anual do PIB, durante os oito anos de FHC, foi de 2,3%) e da geração de empregos (o nível de desemprego subiu de 9% para 11,5%, entre 1994 e 2002).

A subordinação externa da economia nacional às prioridades e interesses dos credores e investidores externos reforçou, sob novas modalidades, o caráter passivo e subordinado da inserção do país na economia mundial. Com isso, o Brasil tornou-se extremamente vulnerável às transformações e recessões externas. Nas relações internacionais, o que víamos era um Mercosul debilitado pela crise da Argentina e um Brasil indiferente a esse quadro. O governo FHC preferiu canalizar seus esforços no sentido de consolidar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), sob bases altamente prejudiciais aos países do cone sul.

Na área social o governo FHC teve ações dispersas e o resultado foi o aumento da

exclusão social. As políticas na área obedeceram a uma lógica assistencialista, com programas de transferência de renda em vários ministérios desvinculados de ações estruturantes. A taxa de desemprego aberto aumentou 41%, nos dois mandatos de FHC e o poder de compra do salário mínimo era 26% inferior ao atual.

Além disso, no governo do PSDB/PFL o Procurador Geral da República ficou conhecido como o “engavetador geral da república”, por não abrir investigações para apurar uma série de denúncias de corrupção. O caso da compra de votos para a reeleição, as privatizações, o caso SIVAN e o escândalo dos bancos Marka/Fonte Cidam foram apenas alguns exemplos.

A infra-estrutura que encontramos estava ultrapassada e debilitada. A negligência com o setor elétrico e de produção de energia, por exemplo, provocou a triste experiência do

apagão. Além disso, em pleno século XXI, mais de 6 milhões de famílias viviam sem luz elétrica. A matriz energética, que já havia contado com a inovação do Proálcool, estava novamente dependente apenas do petróleo nacional e importado.

As estradas do País foram abandonadas, provocando prejuízos humanos e materiais de grande monta, e as ferrovias, que já não recebiam a atenção adequada há anos, foram privatizadas, assim como vários portos responsáveis por quase todo o escoamento da exportação do país. Os investimentos em habitação também ficaram muito abaixo do necessário para cobrir o déficit habitacional do país.

As reservas naturais, como a Floresta Amazônica, foram vítimas de um dos maiores índices de desmatamento de toda a história da região. No biênio 2001/2002, a área desmatada foi de 23,1 mil Km², o que representou um aumento de 27% em apenas um ano.

Alguns dados comparativos

| | GOVERNO FHC | GOVERNO LULA |
|--------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Inflação | 12,53% em dezembro de 2002 | 4,03% em junho de 2006 |
| Juro real | 15,6% em dezembro de 2002 | 9,92% em junho de 2006 |
| Juro taxa Selic | Pico de 85% | 14,75% em junho de 2006 |
| Crescimento (PIB) | Média em oito anos = 2,3%. Melhor valor anual = R\$ 1,79 trilhão em 2002 | Média em quatro anos (com estimativa de 3,8% em 2006) = 2,87. Valor do PIB não baixou de R\$ 1,8 trilhão. Este ano, estimativa de R\$ 2 trilhões. |
| Dívida líquida setor público em relação ao PIB (em %) | 55,54% | 51,04 % |
| Reservas internacionais | US\$ 37,823 bilhões em dezembro de 2002 | U\$ 62,701 bilhões em junho de 2006. |
| Risco país | 1.529 pontos – Média em dezembro de 2002 | 254 pontos – Média em junho de 2006 |
| Dívida com FMI | US\$ 20,8 bilhões em dezembro de 2002 | Zero desde abril de 2006 |

Outros dados comparativos

| | | |
|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dívida externa total | US\$ 210,7 bilhões em 2002 | US\$ 161 bilhões em abril de 2006 |
| Dívida externa em relação ao PIB | Em oito anos, subiu de 17,4% para 35,9% | De 2003 até abril 2006, caiu de 35,9% para 9,4% |
| Saldo comercial | Déficit de US\$ 8,6 bilhões no acumulado de oito anos | Superávit de US\$ 122,7 bilhões até junho de 2006 e crescimento das exportações em 100% |
| Evolução do emprego formal | Em oito anos, a taxa de desemprego aberto aumentou 41% | Em três anos e meio diminuiu 13,7% |
| Média de empregos | 8.300/mês. No período de 1995/1998 foram fechados cerca de 1 milhão de postos de trabalho formal | Até abril de 2006 a média é de 102 mil/mês, totalizando em três anos 4,2 milhões de novos postos de trabalho formal |
| Salário mínimo | Em dezembro de 2002, comprava 1,3 cesta básica | Hoje compra 2,3 cestas básicas. Aumento real acumulado até abril de 2006 = 26% |
| Investimento em Programas de Geração de Emprego e Renda | 6,9 bilhões em 2002 | 8,2 bilhões em 2003. 12,1 bilhões em 2004. 21,1 bilhões em 2005 |
| Vagas no Ensino Superior Federal | 47 mil em oito anos. Média de 5.800 vagas/ano | 125 mil novas vagas no ensino superior até 2010. Média de 15 mil vagas/ano |
| Plano de expansão do ensino superior federal | 6 novas universidades | 10 novas universidades e 48 novos campi |
| Investimento nas universidades federais | Diminuiu. Em 1995, eram R\$ 8,1 bilhões. Em 2002, R\$ 7 bilhões | Aumentou 41%. Em 2003, foram R\$ 6,8 bilhões. Em 2006, R\$ 8,6 bilhões |
| Reforma Agrária | 2001/02 – 162,6 mil famílias assentadas | 2004/05 – 260 mil famílias assentadas |
| Recursos para obtenção de terras | R\$ 2,054 milhões entre 1999 e 2002 | R\$ 4,661 milhões entre 2003 e 2006 |
| Recursos para o PRONAF (Safra) | R\$ 2,1 bilhões - 1999/2000 R\$ 2,2 bilhões - 2000/2001 R\$ 2,2 bilhões - 2001/2002 R\$ 2,4 bilhões - 2002/2003 | R\$ 4,5 bilhões - 2003/2004 R\$ 6,3 bilhões - 2004/2005 R\$ 7,5 bilhões - 2005/2006 R\$ 10 bilhões - 2006/2007 (projeção) |
| Habitação popular (FGTS, FAR, FDS, OGU, CAIXA e FAT) | R\$ 7,02 bilhões investidos em 2002 | R\$ 13,82 bilhões investidos em 2005 e R\$ 19,3 bilhões em 2006 |
| Redução da desigualdade | 50% da população do país detinha, em 2002, 12,9% da renda nacional. | Em 2003 essa mesma população detinha 13,1% da renda e, um ano depois, 13,7% da renda. Além disso, mais de 3 milhões e 200 mil brasileiros saíram da linha da miséria e o índice de desigualdade social tornou-se o menor dos últimos 29 anos. |
| Programas sociais | R\$ 2,2 bilhões de recursos investidos em programas de transferência de renda em 2002 | R\$ 8,5 bilhões investidos, atendendo 11,1 milhões de famílias com o Programa Bolsa Família em 2006 |

BRASIL

2003-2006

BRASIL 2003-2006:
UM NOVO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO.

MODELO
DESENVOLVIMENTO



O verdadeiro desenvolvimento só existe quando o crescimento dobra-se em amplos benefícios para a população, principalmente os mais pobres. Este é o principal objetivo do governo Lula: crescimento econômico com inclusão social. Para isso, o governo iniciou um processo de reformas institucionais que estão permitindo a solução de entraves e, ao mesmo tempo, criando as bases para um desenvolvimento sólido.

8

As melhorias no ambiente econômico são visíveis. A inflação está não apenas sob controle como também em queda. As exportações brasileiras dobraram entre 2002/2005, atingindo US\$ 118,3 bilhões e gerando um saldo comercial, de 2003 a junho de 2006, de US\$ 122,7 bilhões. As reservas internacionais estão em torno de US\$ 63 bilhões, o que é fruto de uma política externa que, entre outros aspectos, ampliou os nossos parceiros comerciais. A dívida com o FMI foi quitada, o que representou uma economia de US\$ 900 milhões com o pagamento de juros.

A consolidação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial valorizaram setores produtivos prioritários e de alto valor agregado. O investimento em Ciência e Tecnologia passou de R\$ 343 milhões, em 2002, para R\$ 800 milhões em 2005.

O número de empregos gerados desde o início

do governo Lula já supera os seis milhões, sendo que mais de quatro milhões deles são com carteira assinada. O salário mínimo teve aumento de 25,7% proporcionando o maior aumento do poder de compra dos últimos doze anos.

Os programas de crédito para micro, pequenas e médias empresas investiram R\$ 45,8 bilhões em sete milhões de operações. Mais de 6,8 milhões de contas simplificadas foram abertas, beneficiando pessoas até então ignoradas pelos serviços bancários, porque não podiam comprovar renda ou tinham renda insuficiente. Além disso, o crédito consignado já responde por 46,2% das operações de crédito pessoal no Brasil.

O apoio ao agronegócio permitiu ao Brasil duplicar as suas exportações, enquanto que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) incluiu mais um milhão de famílias entre seus beneficiários. A Reforma Agrária assentou 260 mil famílias e ofereceu assistência técnica para outras 472,6 mil.

As atividades de desenvolvimento regional no Nordeste, Norte e Centro-Oeste receberam investimentos de R\$ 6,9 bilhões. O turismo obteve o melhor resultado de sua história, com receita de US\$ 9,6 bilhões, entre 2003/2005. E, pela primeira vez, uma política sustentável de aquicultura e pesca beneficiará até o final do ano um milhão de pescadores artesanais



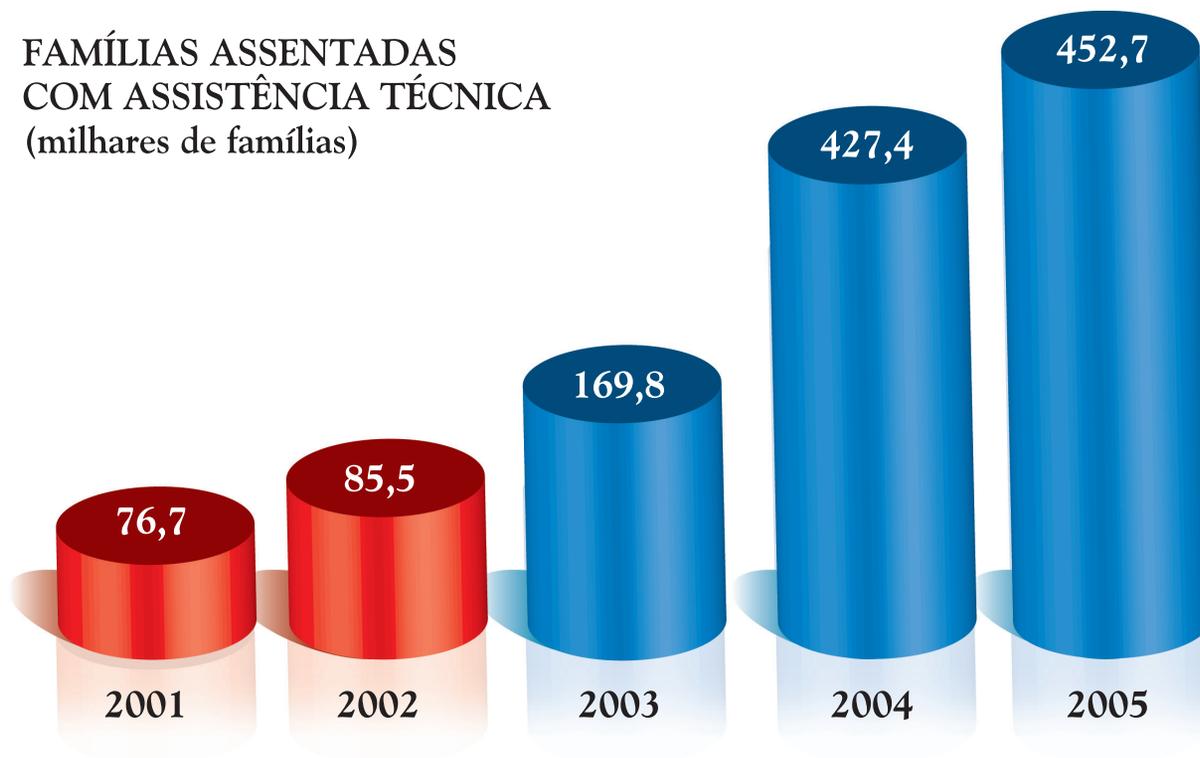
Reforma Agrária de qualidade

Fazer a reforma agrária é mais do que entregar aos trabalhadores um pedaço de terra. É preciso garantir a sua permanência no campo através de incentivos e assistência técnica. E é exatamente isso o que o governo Lula vem fazendo. Mais de 260 mil famílias foram assentadas desde 2003 e a meta é chegar a 400 mil famílias até o fim do ano.

Para o governo Lula, a reforma agrária é uma

estratégia de desenvolvimento. Por isso, todo o processo de distribuição de terras é orientado por estudos de viabilidade econômica, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e integração ao desenvolvimento territorial. Assim como o acesso ao crédito rural, garantia de compra da produção e seguro contra a perda da safra por acidentes meteorológicos, como seca e geada – privilégio exclusivo dos grandes produtores até 2002. Hoje, o seguro passou a beneficiar os pequenos agricultores, atendendo uma antiga reivindicação da categoria.

**FAMÍLIAS ASSENTADAS
COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
(milhares de famílias)



Recordes no Campo

O setor agrícola é responsável por 33% do Produto Interno Bruto e responde por 37% dos empregos existentes. E foi para apoiar ainda mais o seu desenvolvimento que o governo Lula triplicou o investimento no setor nos últimos três anos. Na safra 2005/2006, os recursos chegaram a R\$ 44 bilhões.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também passou por uma completa reformulação, já que os valores e os contratos firmados não cresciam há quatro safras e o seu alcance era limitado, concentrando-se nas regiões Sul e Sudeste. Na última safra 2005/2006 o Pronaf atingiu a meta de inclusão de mais de um milhão de agricultores e está presente em 5,2 mil municípios. A meta em 2006 é chegar a 2 milhões de contratos, ou seja, mais de 1,1 milhão acima do que foi realizado na safra 2003. Em volume de investimentos representa um salto de R\$ 2,4 bilhões, em 2002, para R\$ 10 bilhões em 2006, ou seja, 4 vezes mais.

Crescimento do PRONAF por Região

| Região | contratos | valores |
|--------------|------------|-------------|
| Sul | 44% | 177% |
| Sudeste | 97% | 244% |
| Centro-Oeste | 98% | 125% |
| Nordeste | 155% | 426% |
| Norte | 345% | 658% |
| País | 92% | 243% |

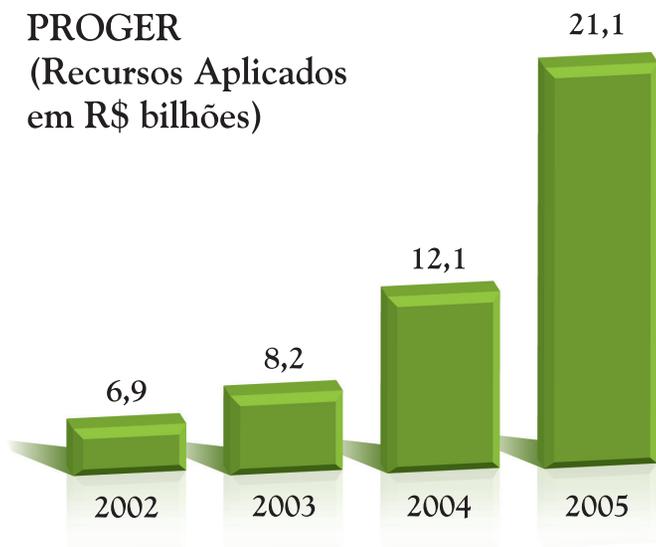
Inclusão bancária e ampliação de crédito

Mais de 6,6 milhões de contas bancárias simplificadas foram abertas nos bancos públicos até março de 2006. Essa modalidade de conta ampliou o acesso aos serviços bancários de trabalhadores informais e de baixa renda, já que não exige comprovante de renda e endereço. Além de combater a exclusão social, a medida também é um instrumento de distribuição de renda, uma vez que os novos correntistas têm acesso a empréstimos de R\$ 200,00 com juros mensais de 2% e 120 dias para pagar. O mesmo objetivo norteou a criação do crédito consignado. Ele permite o desconto do empréstimo em folha, aumentando assim o poder de consumo do trabalhador. O crédito consignado tem juros em torno de 2,6% mensais e já representa 46,2% das operações de crédito pessoal no Brasil.

Prioridade de crédito para micro e pequenas empresas

Essas linhas de crédito compõem a opção mais barata de financiamento para investimentos e capital de giro. De 2003 até hoje foram realizadas mais de 7 milhões de operações de créditos, com investimentos de mais de R\$ 45,8 bilhões. Além do Proger, foi criado, no ano passado, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, cujo objetivo é atender os empreendedores do setor informal que enfrentavam dificuldades para regularizar seus negócios por falta de crédito. Desde então, já foram firmados 15 milhões de contratos de crédito, que movimentaram R\$ 3 bilhões.

PROGER (Recursos Aplicados em R\$ bilhões)



O papel do BNDES

Se no governo passado o BNDES ficou marcado pelo socorro que deu aos bancos, através do Proer, no governo Lula ele recuperou o seu perfil original de banco de fomento. Hoje, o banco voltou a investir no setor produtivo, estimulando o desenvolvimento, a geração de empregos e a redução das desigualdades regionais. Somente em projetos industriais de inovação

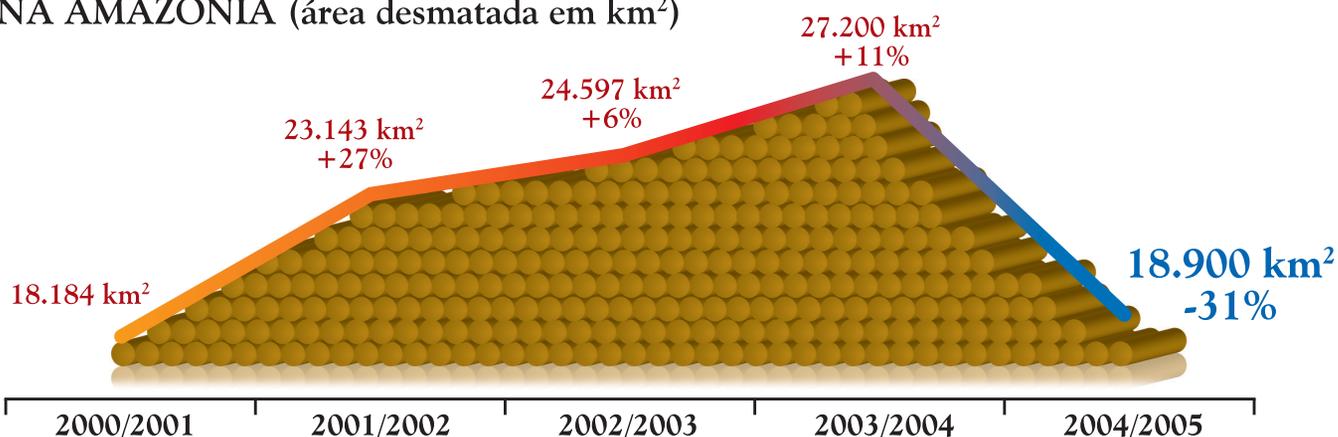
tecnológica e de comércio exterior, o BNDES investiu R\$ 11,4 bilhões. O programa BNDES-Caminhões, por sua vez, teve financiamentos de R\$ 987 milhões, enquanto o Programa de Geração de Emprego e Renda recebeu R\$ 2,7 bilhões. Em 2005 o BNDES bateu o recorde em volume de recursos liberados em um único ano – R\$ 47 bilhões.

Respeito ao Meio Ambiente

Na área do Meio Ambiente, o governo Lula combinou medidas imediatas com ações de longo prazo. Combateu os desmatamentos na Amazônia, ao mesmo tempo em que propôs o Plano Nacional de Florestas. Fortaleceu o Ibama e ampliou as Unidades de Conservação e iniciou o Programa de Revitalização do Rio São Francisco. Além disso, fortaleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), viabilizando uma gestão de fato compartilhada entre União, estados e municípios, o que era uma antiga reivindicação dos movimentos ambientais.

Desmatamento
na Amazônia
cai 31%
em 2004/2005

EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA (área desmatada em km²)



O Brasil também se tornou o primeiro país da América do Sul a contar com um Plano Nacional de Recursos Hídricos que estabelece diretrizes, metas e programas para o uso racional da água. Entre as ações que estão sendo implementadas figuram a despoluição de bacias hidrográficas através da construção de estações de tratamento de esgoto, pesquisas no Aquífero Guarani (uma das maiores reservas de água subterrânea do mundo) e programas de combate à desertificação.

O Programa de Revitalização do Rio São Francisco, por sua vez, busca a recuperação e conservação do rio e suas nascentes. Até 2005 foram investidos R\$ 120 milhões no programa e, para este ano, estão previstos R\$ 125 milhões em ações que incluem a conservação das nascentes, a recuperação das matas ciliares e de áreas degradadas pela mineração, a gestão de resíduos sólidos depositados no rio, o tratamento de esgoto sanitário, o monitoramento da qualidade da água e cursos de educação ambiental para as populações ribeirinhas.

Sucateado pelo governo FHC, o Ibama ficou quase sem condições de cumprir a sua missão de cuidar do nosso patrimônio natural.

No governo Lula, foram contratados 1.550 novos servidores.

Reconstruir o Brasil

Os investimentos em infra-estrutura têm o objetivo de recuperar e potencializar a capacidade produtiva e melhorar a vida da população

Morar com dignidade

Até março de 2006, o governo Lula já havia investido R\$ 34,6 bilhões em habitação. Até o final do ano, mais R\$ 15 bilhões devem ser investidos beneficiando 1,6 milhão de famílias, das quais 70% com renda de até cinco salários mínimos.

Para transformar o espaço onde as pessoas vivem em um ambiente saudável e acabar com a degradação que vigora em favelas e palafitas, o governo Lula ampliou a meta orçamentária do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) de R\$ 110 milhões para R\$ 1 bilhão. Além disso, o governo tem investido na regularização fundiária através do Programa Papel Passado, que já promoveu a entrega de 238 mil títulos de propriedade.

O pacote de incentivos para a construção civil, lançado pelo governo Lula, promoveu a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para produtos da cesta básica do setor e tornou mais barato o preço de materiais como esquadrias metálicas e de madeira, cimento, tubos e conexões, torneiras, cerâmicas, louças sanitárias e azulejos.

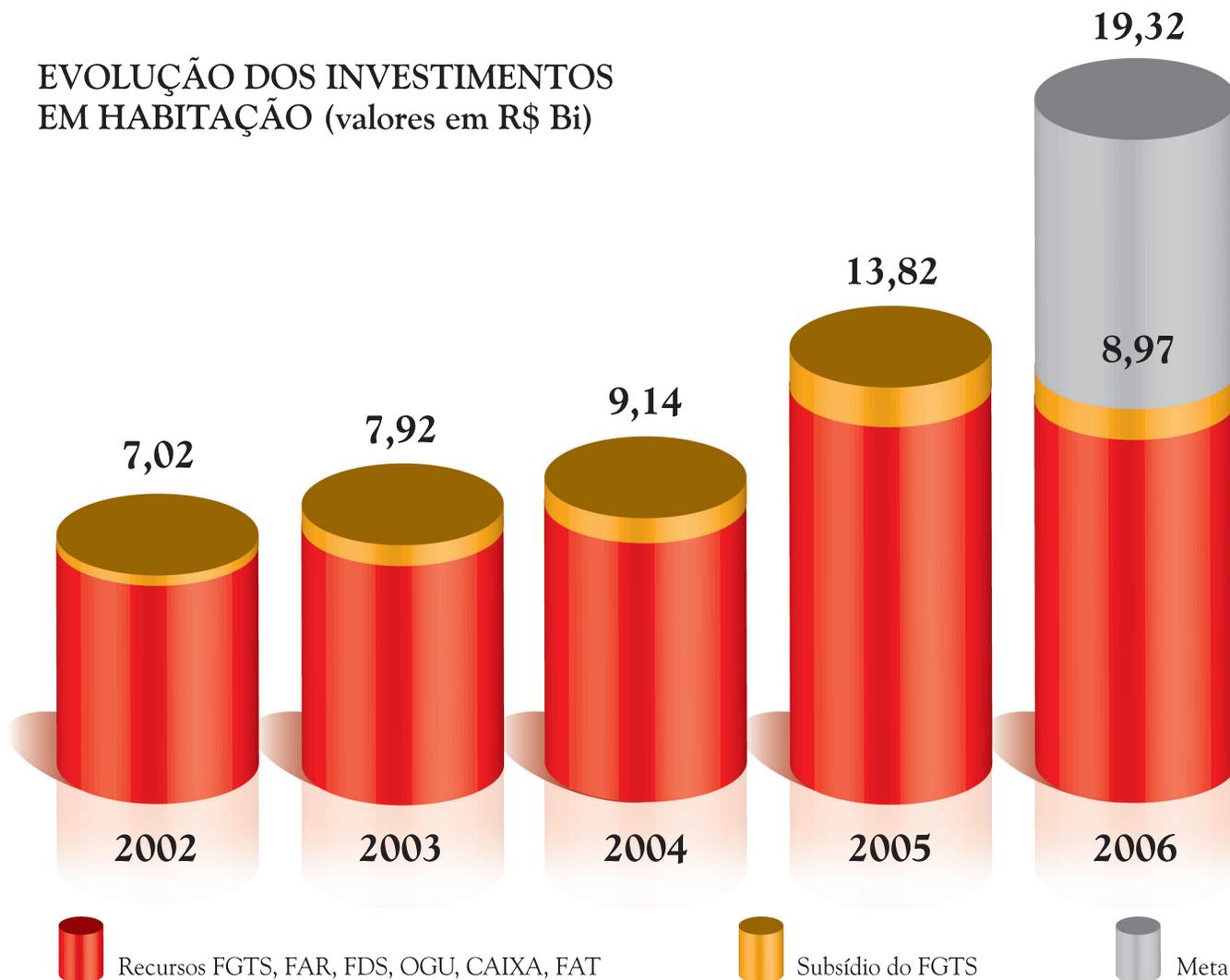
Investimentos em saneamento

A política de saneamento ambiental do governo Lula segue o conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS): captação, tratamento, abastecimento e distribuição de água; eliminação

e tratamento das águas servidas (esgotos); coleta e destinação final do lixo; drenagem pluvial urbana e controle de vetores de doenças. Esse conceito está fundamentado no princípio de que melhorar as condições de vida das pessoas é também melhorar o ambiente em que elas vivem. Por isso o governo Lula investiu tanto em saneamento, na recuperação de áreas degradadas e em uma política ambiental preventiva.

Desde janeiro de 2003, foram direcionados R\$ 10,5 bilhões para financiar projetos de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. Mais de 800 obras já foram concluídas, beneficiando 6 milhões de famílias.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO (valores em R\$ Bi)



No Programa Saneamento Para Todos foram investidos R\$ 4,9 bilhões, valor vinte vezes superior ao investido nessa área entre 1999 e 2002. Já no Projeto Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas foram investidos mais R\$ 562,8 milhões, beneficiando 149 mil famílias com abastecimento de água, 184 mil com esgotamento sanitário e 300 mil com destinação de lixo. E, através do Programa PAT-Prosanear, destinado a planos e projetos para a recuperação ambiental de áreas degradadas, ocupadas por famílias de baixa renda, foram destinados recursos da ordem de R\$ 18,4 milhões.

O governo também investiu em áreas indígenas e remanescentes de quilombos, atendendo a 120

que possibilitou recuperar 9.100 km, contratar serviços de conservação em 37.000 km e construir/adequar 485 km. O orçamento de 2006 prevê um investimento de R\$ 4,2 bilhões, o que permitirá recuperar 11.600 km, conservar 30 mil km, adequar 560 km e construir cerca de 1.620 km de rodovias federais.

Modernização de portos e aeroportos

Modernizar os aeroportos do Brasil era uma necessidade demandada pelo crescimento no movimento de passageiros e cargas no país. As taxas médias de ocupação das aeronaves estão em crescimento desde 2003, de 53% para 69% em 2005.



mil índios e a 3, 8 mil famílias de quilombolas.

Recuperação de estradas

As estradas federais ficaram praticamente abandonadas durante os dois governos tucanos. Obediente às imposições do FMI, FHC suspendeu os investimentos que seu governo contabilizava como “despesa”. O governo Lula iniciou um processo de recuperação das estradas em todo o país, priorizando os corredores de exportação de produtos agrícolas, as regiões em desenvolvimento e aquelas de maior potencial turístico.

Desde 2003 foram investidos R\$ 4,5 bilhões, o

O governo Lula promoveu uma ampla reforma em 19 aeroportos brasileiros, investindo em obras de infra-estrutura, como construção de pista de pouso e decolagem, construção, ampliação e reforma de terminais de passageiros, aumento das áreas de estacionamentos e implantação de pontes de embarque.

Para garantir a melhoria do desempenho e da segurança nas exportações brasileiras, o governo também investiu na recuperação e modernização de 20 portos públicos, aumentando a movimentação de cargas em 18,2%. Depois de entregar às multinacionais setores estratégicos e de alta rentabilidade, como telecomunicações e distribuição de energia,

FHC queria privatizar os nossos portos. Para isso aplicou a mesma estratégia: cortou os investimentos em modernização para justificar a privatização sob o argumento de que os portos funcionariam melhor se fossem administrados por empresas privadas. Como resultado dessa política Tucana, os portos brasileiros estavam desestruturados, o que comprometia o aumento das exportações, já que a maior parte dos produtos brasileiros chega aos países compradores por via marítima.

O governo Lula iniciou ainda um programa para a construção e ampliação de 30 terminais hidroviários na Amazônia, uma medida necessária para o

desenvolvimento da região. Além disso, uma série de atividades, como dragagem, balizamento e desobstrução de canais, foram realizadas para oferecer condições de navegabilidade em 9,4 mil km de rios nessa região.

Revitalização das ferrovias

A malha ferroviária brasileira, que já foi uma alternativa de integração e desenvolvimento, tem vivido uma profunda crise. Para reverter esse quadro, o governo lançou, em maio 2003, o Plano de Revitalização das Ferrovias. A partir daí, as empresas concessionárias aportaram mais de R\$ 3 bilhões na expansão e moderniza-

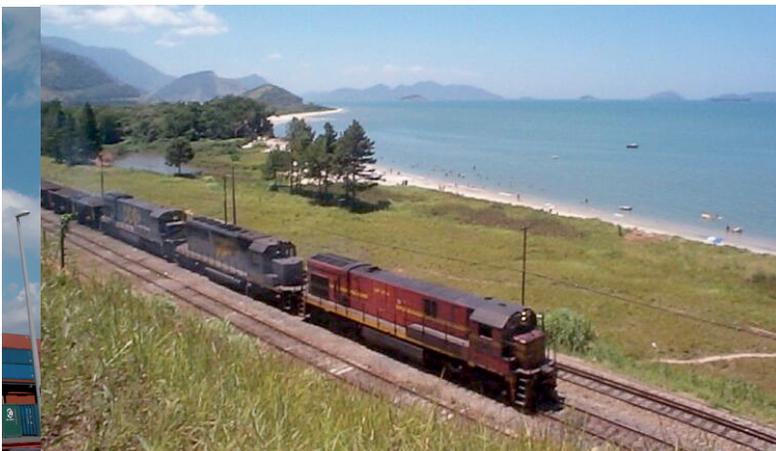
ção da malha. Um investimento que ajudou a reaquecer a indústria ferroviária, que fechou 2005 com encomendas de 7.500 vagões. Em outra vertente, o Programa de Expansão da Malha Ferroviária tem como destaque a Transnordestina, que ligará o interior do Nordeste com os Portos de Pecém (CE) e Suape (PE), integrando e desenvolvendo a região. Hoje o transporte é feito por via rodoviária, o que acaba contribuindo para encarecer a produção. Com a construção da nova ferrovia, serão transportados 15 milhões de toneladas de grãos, frutas e gesso provenientes do Piauí, Maranhão e Bahia. Isso representará um acréscimo de R\$ 2 bilhões à

balança comercial brasileira. Durante a sua construção a ferrovia gerará 70 mil empregos.

Foi retomada também a construção da Ferrovia Norte-Sul, iniciada no final da década de 1980 e interrompida logo em seguida. A ferrovia ajudará a escoar a produção do sudeste do Pará e nordeste do Mato Grosso, com investimentos privados da ordem de R\$ 4,5 bilhões.

Energia

O Brasil está entre os países com maior potencial de geração de energia do mundo, mas isso não impediu que o País sofresse um sério risco





de apagão no governo passado. A população brasileira foi obrigada a conviver com o racionamento e ainda pagar a conta. No governo FHC/PSDB, todo o setor elétrico estava incluído no PND (Plano Nacional de Desestatização) e alguns setores foram privatizados com a promessa de desenvolvimento e aumento da capacidade de produção de energia. Como todos sabem, não foi isso o que aconteceu. O “apagão” foi a prova da incompetência administrativa e da política privatizante daquele governo. Faltou investimento, planejamento e compromisso com o povo brasileiro.

No governo Lula o setor foi completamente reformulado. O risco de um novo apagão foi afastado e a menor tarifa impôs-se como critério para novas licitações. Desde 2003, a oferta de energia cresceu. Foram instalados 12.869 MW, o equivalente a uma nova usina Itaipu,

e a rede de energia elétrica foi ampliada em 10.334 km. Além disso, o governo tem incentivado a criação de fontes alternativas de geração de energia, como a biomassa, a energia eólica e as pequenas centrais elétricas.

O Programa de Biodiesel, por sua vez, está inserido na estratégia que busca garantir a auto-suficiência de energia do país e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social e econômica de pequenos agricultores. A estimativa é de uma economia de US\$ 160 milhões por ano com a redução da importação de óleo diesel.

Na área da produção de petróleo, o Brasil alcançou em 2005 um recorde na produção, com 1,857 milhão de barris de petróleo/dia. Este ano, com a entrada em operação da plataforma P-50, o País conquistou a sua auto-suficiência na produção.

REDUÇÃO DESIGUALDADE

A REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE
SOCIAL
SE TORNA
UMA REALIDADE

SE TORNA
REALIDADE

inclusão social

*Não é possível
desenvolver uma nação
sem reduzir a injustiça social.
Para o governo Lula
todo centavo investido na
área social teve este objetivo:
diminuir as desigualdades e
assim promover a inclusão social
de milhões de brasileiros.*

As ações desenvolvidas pelo governo Lula têm promovido uma significativa redução da pobreza no país. Segundo a última Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD), o índice de miséria no Brasil caiu significativamente. No início de 2003, 27,3% da população viviam abaixo da linha da pobreza, com renda inferior a R\$ 115,00/mês. A mesma pesquisa apontou que, em 2004, esse número baixou para 25,8%, significando que 3,2 milhões de brasileiros abandonaram a condição de extrema pobreza.

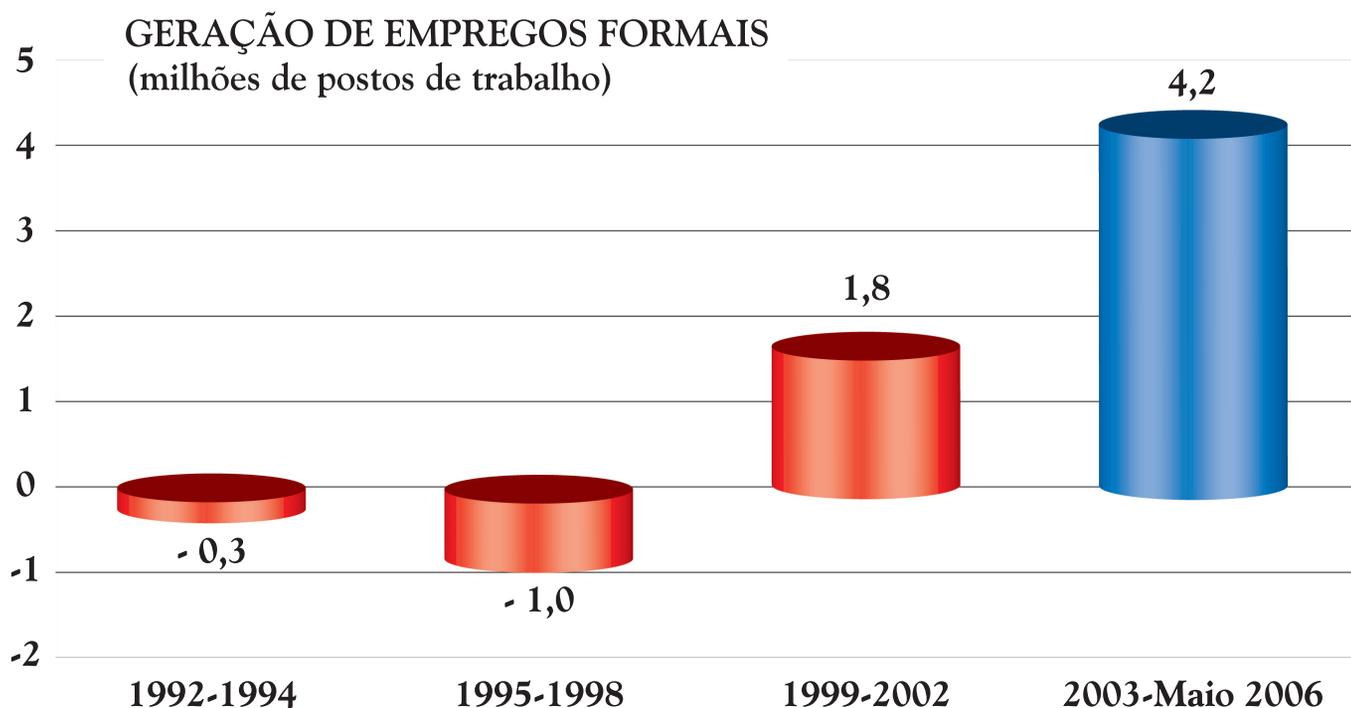
A pesquisa apontou outros indicadores sociais positivos para o Brasil: aumentou a participação das mulheres no mercado de trabalho, melhoraram os índices educacionais e o número de trabalhadores ocupados.

Apresentamos a seguir algumas das ações do nosso governo para melhorar a vida do povo brasileiro.

Crescimento do emprego formal

Em três anos, foram criados 4,2 milhões de empregos com carteira assinada, uma média de mais de 102.000/mês – 13 vezes superior a média do governo FHC, de 8,3 mil/mês. A ampliação do emprego formal é importante, pois insere o trabalhador em uma rede de proteção social, que lhe confere uma série de direitos, como aposentadoria, férias remuneradas e FGTS.

O salário mínimo também aumentou significativamente nesse período, tendo seu valor nominal crescido 75% (de R\$ 200,00 para R\$ 350,00). No início de 2003, o salário mínimo comprava 1,3 cesta básica. Em maio de 2006, passou a comprar o equivalente a 2,3 cestas básicas. O controle da inflação evitou o desgaste do salário mínimo e o salário família foi recuperado, passando de R\$ 13,47, em 2003, para R\$ 22,33, em 2006. Segundo o DIEESE, os reajustes do salário mínimo permitiram uma injeção de R\$ 25,4 bilhões na economia.



Investimento em educação

O governo Lula reconhece a importância estratégica que a educação desempenha no presente e no futuro do País. Por isso, democratizou o acesso a universidade, criou o Fundeb, que representará mais dinheiro para a educação básica, ampliou o Programa Nacional da Biblioteca Escolar e universalizou a distribuição de livros didáticos para o ensino médio (Português e Matemática). Além disso, os recursos destinados à merenda escolar, que ficaram dez anos sem reajuste, aumenta-

ram 69% e ela passou a beneficiar também as creches públicas e filantrópicas.

Enquanto FHC deixava as universidades públicas federais à míngua, no governo Lula o orçamento destinado a elas cresceu R\$ 1,8 bilhão. Essa ampliação orçamentária permitiu a implantação de quatro novas universidades federais (ABC/SP, Grande Dourados/MS, Recôncavo Baiano/BA e Pampa/RS), a transformação de seis faculdades em universidades federais (Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Triângulo Mineiro e Alfenas, to-

UNIVERSIDADE PÚBLICA

EXPANDIR ATÉ FICAR
DO TAMANHO DO BRASIL



das em MG, Rural do Semi-Árido/RN, Tecnológica do PR e Ciências da Saúde/RS), além da expansão de 48 campi. Essa expansão vai gerar 125 mil novas vagas ao longo de cinco anos.

O governo Lula também possibilitou que mais de 250 mil jovens de baixa renda, que freqüentaram a escola pública ou que foram bolsistas integrais em escolas pagas, pudessem cursar uma faculdade particular através do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Em tramitação no Congresso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), constituído por vários impostos federais, estaduais e municipais, visa atender 47 milhões de alunos e contará com investimentos públicos de R\$ 50 bilhões anuais, a partir do quarto ano de sua implantação. Comparando com o Fundef – que existe atualmente e financia apenas o ensino fundamental – a União investirá 10 vezes mais, destinando R\$ 5 bilhões/ano para melhorar o ensino básico no nosso País.

O governo Lula também revogou um Decreto do governo FHC que impedia o governo federal de investir no ensino técnico. E agora está criando cinco escolas técnicas, quatro agrotécnicas e 33 unidades descentralizadas.

Toda prioridade para a Juventude

Investir em programas voltados para a juventude é agir na construção de uma sociedade com mais oportunidades e justiça social. Por isso, o governo Lula criou a Secretaria Nacional da Juven-

tude e, através dela, está atendendo 350 mil jovens através de programas de qualificação e inclusão no mercado de trabalho.

O Projovem, que estimula os participantes a elevar o grau de escolaridade ao mesmo tempo em que aprendem uma profissão, já matriculou 93 mil jovens de 18 a 24 anos. Este Programa funciona em parceria com os municípios e está instalado em todas as capitais do país. Os alunos inscritos no programa recebem um incentivo financeiro de R\$ 100 por mês durante os 12 meses que permanecem no Programa.

O Projeto Agente Jovem, por sua vez, já proporcionou capacitação teórica e prática a mais de 11mil jovens em mais de 1.700 municípios. Os jovens recebem uma bolsa mensal de R\$ 65,00.

Esporte e Cidadania

Os programas da área de esportes têm como meta prioritária promover a inclusão social de jovens e, num segundo momento, revelar e garantir o desenvolvimento de novos talentos. O Programa Segundo Tempo se enquadra nessa diretriz. Trata-se de um segundo turno escolar que já contempla 1.509.542 crianças de escolas públicas com a prática de esportes, alimentação, reforço escolar e noções de saúde e higiene. O material esportivo e o uniforme utilizados no programa vêm de outras duas ações do governo Lula: os programas Pintando a Liberdade e o Pintando a Cidadania. Ambos estão voltados para a ressocialização e profissionalização de detentos de 33 penitenciárias, beneficiando também jovens em conflito com a lei e pessoas residentes em

comunidades carentes. As 77 unidades inseridas nesses dois programas já produziram mais de dois milhões de itens.

O Programa Bolsa Atleta foi criado para garantir apoio a atletas que não possuem patrocínio privado e querem continuar treinando e competindo. Atualmente, o programa beneficia 940 atletas em várias modalidades e em quatro categorias (estudantil, nacional, internacional e olímpico/paraolímpico).

O governo está destinando R\$ 1 bilhão para os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. Esse dinheiro vai ser investido na reforma da Vila Militar (que sediará parte das competições), nas cerimônias de abertura e encerramento e nas áreas de tecnologia e segurança dos jogos. A própria Vila Olímpica recebeu um financiamento de R\$ 180 milhões da Caixa Econômica Federal para a sua construção e, após a competição, os seus 1480 apartamentos serão destinados a moradores cariocas.

Saúde

Na área da Saúde, a principal ação do governo Lula foi fortalecer o Sistema Único

de Saúde (SUS), universalizando o acesso, o atendimento integral e a igualdade na atenção à saúde dos usuários do sistema público. A partir dessa ação, vários programas foram colocados em prática.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) já atende cerca de 40% da população brasileira, ou cerca de 83 milhões de pessoas. O serviço realiza atendimentos de urgência 24 horas por dia nos 647 municípios em que está presente. Para isso, foram investidos R\$ 200 milhões na aquisição de equipamentos, contratação de profissionais e estruturação das centrais de regulação. Atendendo urgências do tipo traumática, pediátrica, cirúrgica e obstétrica, o SAMU tem reduzido o número de mortes, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro adequado.

O Programa Saúde da Família é uma estratégia essencial para a atenção básica à saúde. O governo Lula aumentou o número de equipes, ampliando assim a população atendida. No início de 2003, eram 16,8 mil equipes e a cobertura populacional era de 31,9%. Em 2006, o número de equipes ultrapassou 25 mil e a população atendida chegou a 45%.

Com o Programa Brasil Sorridente, o governo Lula ampliou e melhorou a qualidade do serviço de saúde bucal oferecido pelo SUS. Foram investidos R\$ 288 milhões nos últimos três anos, atendendo mais de 64 milhões de pessoas, através de 13.269 equipes de Saúde Bucal. Nos 357 Centros de Especialidades Odontológicas instalados em várias regiões do país, a população conta com procedimentos sofisticados, como tratamento de canal, realização



Lula conhece a planta das instalações da Vila do Pan-Americano



de cirurgias, diagnósticos de câncer de boca e instalação de próteses.

O acesso dos pacientes aos medicamentos foi outra preocupação do governo que, entre 2003 e 2005, aumentou em 75% os recursos investidos na compra e distribuição de remédios. Somente em 2006 estão sendo aplicados R\$ 4,2 bilhões na assistência farmacêutica. Com o programa Farmácia Popular, foi oferecida uma alternativa para a compra de remédios a preços até 90% menores do que os cobrados normalmente. O programa já conta com 150 unidades próprias e 1.719 pontos de venda em farmácias privadas, beneficiando cerca de 11 milhões de usuários. Entre eles, a aprovação do programa alcança um percentual de 91%.

Políticas Afirmativas

Com a criação das secretarias especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para Mulheres (SPM), o governo Lula avançou significativamente na implantação de ações afirma-

tivas que buscam garantir a igualdade de direitos e o respeito às diferenças.

Essas ações afirmativas podem ser percebidas em diversos programas em andamento, como o ProUni, no qual há cotas para negros e indígenas. E também na assistência a áreas remanescentes de quilombos e reservas indígenas, as quais tem sido beneficiadas pelo Programa Luz para Todos e por serviços de saneamento e ações de regularização fundiária.

A 1ª Conferência de Políticas Públicas para Mulheres produziu o Plano Nacional que deve orientar as políticas do governo nos próximos quatro anos, apontando claramente para a garantia da transversalidade das políticas públicas no conjunto dos ministérios e empresas estatais. As realizações da SPM foram focadas principalmente no combate à violência sexista, merecendo destaque a implantação de 148 equipamentos de atenção às mulheres vítimas de violência. Ao longo de 2006 serão investidos R\$ 5,6 milhões em ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

A atenção às mulheres também se faz presente em outras ações do governo. É o caso do Pronaf Mulher, que oferece financiamento para mulheres rurais desenvolverem suas atividades e microcréditos produtivos para as mulheres urbanas.

Sistema Único de Assistência Social

Fruto de um debate de mais de vinte anos, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem como objetivo integrar os programas, serviços e benefícios que atendem mais de 50 milhões de brasileiros. Com o SUAS, muda a gestão das ações sociais do governo.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), uma das principais referências do SUAS, atende mais de 1 milhão de crianças e adolescentes com idade entre 7 e 14 anos. Desde 2003 foram investidos R\$ 1,4 bilhão no programa, um aumento de 25% em relação ao governo anterior.

Os Centros de Referência da Assistência

Social (CRAS), ou Casas de Famílias, foram criadas para prevenir os riscos sociais – fortalecendo os vínculos familiares e comunitários – e promover a inclusão de famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade. As Casas de Famílias contam com psicólogos e assistentes sociais.

O governo também tem trabalhado para regulamentar as leis que tratam da acessibilidade e do atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Nesse contexto, destaca-se a regulamentação da lei que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o esforço para garantir ao portador de deficiência visual o direito de entrar e permanecer em locais fechados com cão-guia.

O número de benefícios assistenciais pagos aumentou 25,6% desde 2003, passando de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 2,8 bilhões, com destaque para o aumento de 86% no número de idosos beneficiados em virtude do Estatuto do Idoso.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE RECURSOS INVESTIDOS EM TRANSFERÊNCIAS DE RENDA (em bilhões de reais)



Fome Zero

O Fome Zero agrega um conjunto de 31 programas e ações de diversos órgãos do Governo Federal, cujo objetivo é promover a inclusão social das famílias mais carentes do país e garantir a todos os brasileiros o direito básico à alimentação.



São quatro eixos fundamentais no combate à fome:

- 1) ampliação do acesso aos alimentos;
- 2) fortalecimento da agricultura familiar;
- 3) geração de renda;
- 4) mobilização e articulação do beneficiários dos programas e da sociedade civil.

Para alcançar esses resultados, o governo organizou e integrou as políticas de proteção social e promoção da igualdade social em três grandes áreas: Transferência de Renda, Segurança Alimentar e Nutricional e Assistência Social. Em três anos, foram destina-

dos mais de R\$ 27 bilhões ao Fome Zero.

A participação articulada de vários órgãos é uma iniciativa inédita no combate à pobreza e à fome, que vem conquistando apoio em várias partes do mundo. No Brasil essa ação envolve 12 ministérios, o Conselho de Segurança Alimentar (Consea) em parcerias com os governos estaduais, prefeituras e sociedade. E o que é muito importante o governo Lula faz isso sem privilegiar aliados nem discriminar municípios e estados governados por adversários.

O Programa Bolsa Família, principal braço do Fome Zero, já garante uma renda mínima a 11,1 milhões de famílias brasileiras. Criado para unificar os vários programas de transferência existentes no governo, o Bolsa Família investiu na organização de um cadastro único e reforçou as condicionalidades às famílias beneficiadas (acompanhamento de saúde, frequência à escola e educação alimentar). Hoje o programa está presente em 100% dos municípios. Pesquisadores do IPEA concluíram que o sistema de proteção social, em especial o Bolsa Família, é responsável por 35% da queda da desigualdade de renda registrada entre 2001 e 2004.

Números do IBGE mostram que as crianças das famílias beneficiadas têm mais oportunidades de escolarização.

COMPARATIVO DE POLÍTICAS SOCIAIS

| Programa/Ação | 2002 | 2006 |
|--------------------------------|-----------------|-------------------|
| Transferência de renda | R\$ 2,2 bilhões | R\$ 8,5 bilhões |
| BPC | R\$ 4,2 bilhões | R\$ 11,6 bilhões |
| Agente Jovem | R\$ 43 milhões | R\$ 112 milhões |
| Aquisição agricultura familiar | 0 | R\$ 385 milhões |
| Merenda Escolar | R\$ 849 milhões | R\$ 1,5 bilhão |
| Construção de cisternas | 0 | 152 mil cisternas |

Brasil do Século XXI

Cumprindo compromissos assumidos na campanha de 2002, nossa luta tem sido para construir um país com mais igualdade, mais justiça, mais segurança e mais democracia.

Investimento em segurança

Além dos investimentos realizados para reduzir a desigualdade social e inibir uma das principais causas da violência, o governo Lula investiu R\$ 1,1 bilhão para reestruturar a perícia criminal, valorizar o profissional de segurança pública, adquirir equipamentos, viaturas e outros meios operacionais.

A partir de 2003, com o Plano Nacional de Segurança, todos os estados e o Distrito Federal aderiram ao Sistema Único de Segurança Pública. Os Gabinetes de Gestão Integrada passaram a promover a integração das polícias estaduais com as guardas municipais.

O governo Lula também criou a Força Nacional de Segurança, que conta com 6 mil policiais treinados para o policiamento ostensivo, ação tática e controle

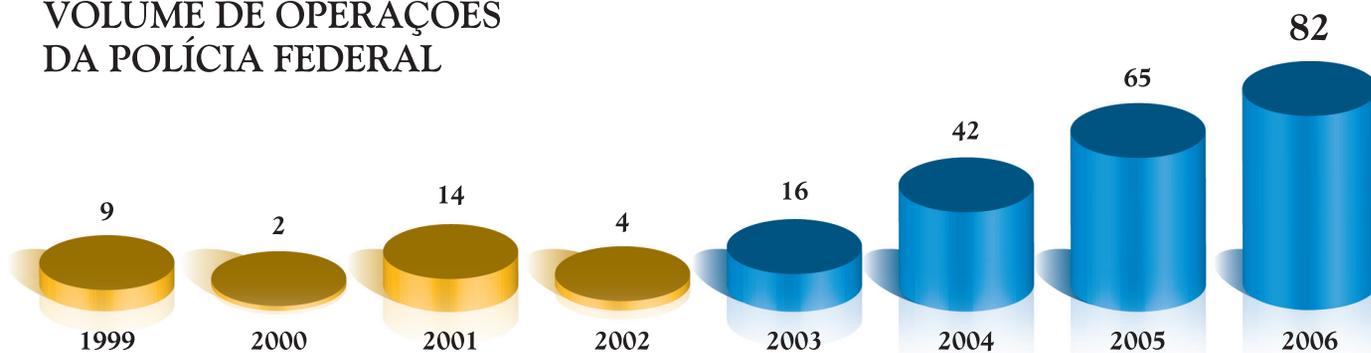
de distúrbios. A Força Nacional também irá atuar nos Jogos Pan-Americanos. Na sua implantação, foram investidos R\$ 15 milhões em uniformes e equipamentos.

Foi criada a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança (Infoseg), que permite a integração das diversas bases de dados de segurança pública e a consulta de processos, inquéritos, mandados de prisão, dados sobre narcotráfico, armas, veículos e carteira nacional de habilitação. A rede pode ser acessada pelos 27 estados e só em 2005 foram 27 milhões de consultas.

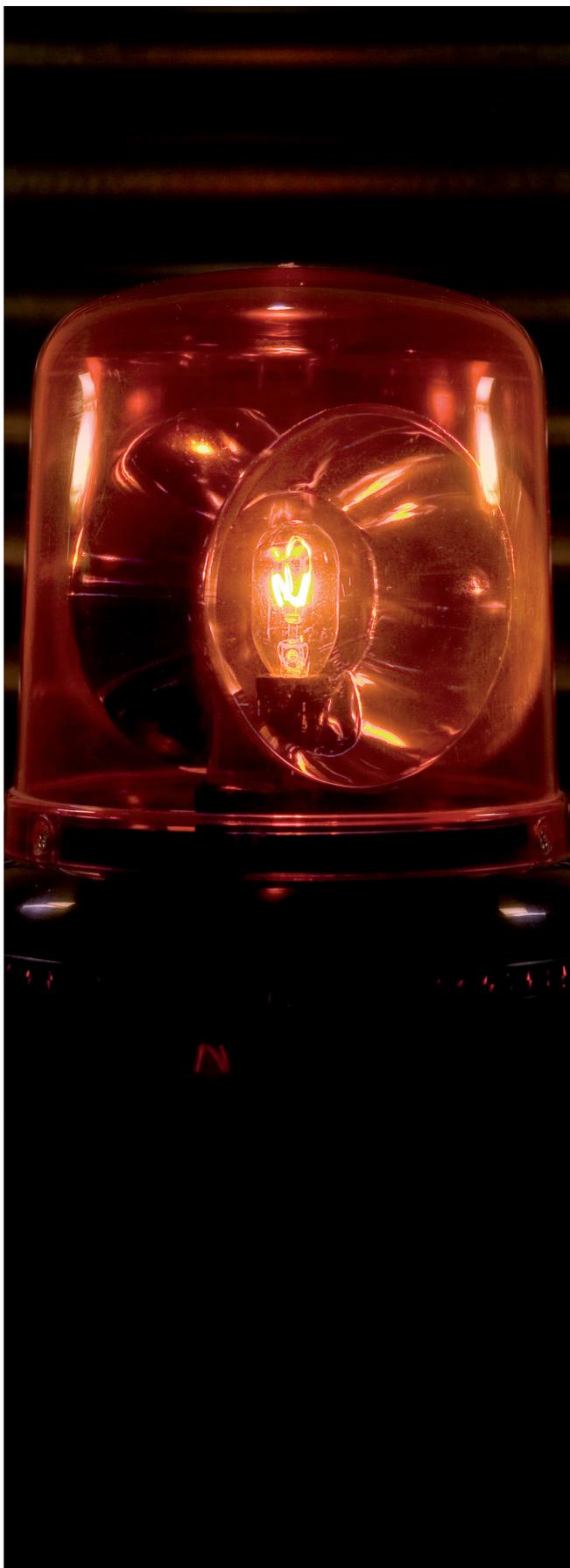
Com a Reforma do Judiciário, ainda não concluída, os cidadãos terão acesso à uma Justiça mais desburocratizada. Foi criado o Conselho Nacional de Justiça que, como uma de suas primeiras medidas, aprovou o fim do nepotismo, ou seja, a farra de juízes e desembargadores contratarem parentes.

A Polícia Federal tem atuado de forma exemplar para desmontar organizações criminosas. Foram 276 ações e 3.260 presos nos últimos três anos e meio. Dessa forma, ela tem tido um papel importante no combate ao desvio de recursos públicos e ao crime organizado.

VOLUME DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL



Fonte: Departamento de Polícia Federal



Já foi inaugurada a penitenciária de Canduvas com capacidade para 208 presos, que possui regime disciplinar diferenciado. Os agentes que cuidarão dos presos e da segurança no entorno receberam treinamento específico. Outras quatro penitenciárias federais estão em construção, sendo que a de Campo Grande será entregue ainda em 2006.

A Campanha do Desarmamento, realizada em 2004, recolheu 460 mil armas e foi premiada pela Unesco. Segundo o livro “Vidas Pougadas”, editado pela Unesco, a campanha pode ter contribuído para evitar mais de 5 mil mortes.

Combate à corrupção

O combate à corrupção uniu os esforços da Controladoria Geral da União (CGU), criada em 2003, do Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, da Secretaria da Justiça, da Advocacia Geral da União (AGU) e do Ministério da Fazenda. A Polícia Federal realizou 67 operações especiais de combate à corrupção. Foram presas 1.300 pessoas, entre elas 515 funcionários públicos federais, estaduais e municipais e 130 policiais, inclusive delegados e ex-superintendentes estaduais da PF e policiais rodoviários federais. Grandes empresários e políticos poderosos, pela primeira vez em nossa história, estão presos ou aguardando julgamento em liberdade pelos crimes cometidos.

Na Previdência Social, ações diagnosticaram e combateram fraudes e sonegações. Foram criadas forças-tarefas, integradas por diversos órgãos do governo, detectadas e sanadas irregularidades em 7,6 mil benefícios, o que gerou uma economia

mensal de R\$ 2,8 milhões para os cofres públicos.

O Portal da Transparência, criado em 2003, permite que todo brasileiro possa consultar a Internet, sem precisar de senha ou qualquer tipo de cadastramento, para ter acesso às informações sobre os recursos que são liberados pelo governo federal a estados e municípios.

Diálogo com os movimentos sociais

O governo Lula se caracteriza pelo diálogo e o respeito aos movimentos sociais, como centrais sindicais, movimentos de luta pela reforma agrária, sindicatos de trabalhadores rurais, entidades ligadas à educação e à defesa do meio ambiente. Sem perderem a sua independência, conquistaram o acesso direto aos gestores públicos para encaminhar suas demandas. Fruto desse diálogo, diversos projetos e ações ganharam forma e estão sendo implantados: o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Plano Nacional da Reforma Agrária, o aumento do salário mínimo para R\$ 350,00, o Fundeb, a Reforma Universitária, o Prouni e a Lei de Gestão de Florestas Públicas, entre outras.

Além disso, vários movimentos sociais foram incluídos nas delegações do governo brasileiro que participaram de rodadas de negociação da Organização Mundial de Comércio (OMC), de fóruns do Mercosul e das discussões para a criação de mecanismos de combate à fome e à pobreza no mundo.

Canais institucionais de participação

Um processo amplo de democracia participativa precisa de canais institucionais de diálogo entre governo e sociedade. O

governo, através dos diferentes ministérios e em conjunto com a sociedade civil organizada, realizou 32 Conferências que contaram com a participação de mais de 2 milhões de pessoas. Consolidou ou criou Conselhos como o das Cidades, da Juventude, da Igualdade Racial, do Meio Ambiente, da Segurança Alimentar, da Economia Solidária e da Pesca.

Foram realizados 1.178 encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. Para refletir junto com a sociedade sobre o futuro do País, o governo Lula criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que reúne trabalhadores, empresários, movimentos sociais e personalidades. Através do Conselho foi possível construir consensos sobre a redução da carga tributária para as pequenas e micro empresas e a Agenda Nacional de Desenvolvimento, que traça diretrizes para o desenvolvimento de maneira socialmente inclusiva.

Um novo pacto federativo

Foi estabelecida uma nova relação federativa com estados e municípios, baseada no respeito aos entes federados e a suas demandas e no diálogo permanente com governadores e prefeitos. O presidente participou da Marcha dos Prefeitos por três vezes. A institucionalização do Comitê de Articulação Federativa consolidou um espaço de permanente discussão sobre as ações possíveis para o desenvolvimento do País como um todo. Esse diálogo tem permitido uma série de ações compartilhadas entre União, estados e municípios

Vale lembrar que os governos democráticos e populares sempre consideraram as ci-





30



dades como um espaço fundamental para a melhoria da vida dos cidadãos e para o desenvolvimento do País. Dessa forma, o governo Lula ampliou significativamente as transferências de recursos federais para os municípios e reconheceu as reivindicações históricas do movimento municipalista. Foi uma opção estratégica do governo para superar o desafio de promover a reconstrução do Estado Brasileiro e a redução das desigualdades regionais. Desde 2003 as ações nesta área foram desenvolvidas em paralelo ao desafio de superar a crise econômica e recuperar a estabilidade e a credibilidade do Brasil no exterior.

Veja algumas das medidas adotadas para fortalecer o pacto federativo:

- Aprovação das Leis do Salário Educação e Transporte Escolar;
- Aumento nos repasses da merenda escolar
- Aumento real de 10% no valor do Fundo de Participação dos Municípios;
- Aumento de 13,9% do repasse na Saúde;
- Regulamentação da partilha da Cide-combustível;
- Aprovação de auxílio financeiro destinado aos municípios exportadores;
- Aprovação da lei e regulamentação da transferência integral do ITR;
- Aprovação da lei complementar sobre ISS;
- Fortalecimento de regimes próprios de previdência;
- Aprovação do parcelamento da dívida dos municípios com o INSS;
- Aprovação da nova lei de consórcios públicos.

Uma nova política externa

Tornar a América do Sul mais próspera,

democrática e estável tem sido uma das prioridades da política externa do Brasil. Mas, pela sua extensão, pelo tamanho da sua população e da sua economia, nosso País tem uma capacidade de articulação e de influência que vai além dos nossos limites continentais.

O governo Lula abandonou a postura servil que o Brasil tinha em relação aos chamados países desenvolvidos e deu maior atenção aos países em desenvolvimento. Buscou contribuir, sem confrontações e através do diálogo Sul-Sul, para a construção de uma nova geografia política e econômica mundial.

O Brasil investiu no fortalecimento do Mercosul e contribuiu para a criação da Comunidade Sul Americana de Nações (CASA), um espaço político privilegiado para a construção da unidade da América do Sul. Nosso país também teve atuação determinante na criação do G20, grupo de países em desenvolvimento que vem negociando seus interesses no âmbito da Organização Mundial do Comércio com voz ativa e soberana.

Novas frentes de diálogo foram abertas, privilegiando relações mais estreitas com países árabes e africanos, estabelecendo uma nova postura que amplia os nossos parceiros, sem descuidar de parceiros estratégicos. Assim, a política externa do governo Lula favoreceu nossa inserção soberana e competitiva no mundo, sendo motivada pela defesa do interesse nacional e por valores universais como o multilateralismo, a busca da paz, a defesa dos Direitos Humanos, a construção de uma ordem econômica e comercial mais justa e o combate à fome e à exclusão social.

ESTRATÉGIA

ESTRATÉGIA

DE CAMPANHA

CAMPANHA



Iniciado o processo eleitoral é hora de concentrar todas as nossas energias na defesa do nosso partido, do nosso governo e na eleição dos nossos candidatos e candidatas. Essa eleição será diferente. Pela primeira vez o candidato do PT é o presidente do País. Isso aumenta a nossa responsabilidade e a necessidade de apresentarmos um balanço das nossas realizações que justifiquem a continuidade do mandato.

Nesse caderno apresentamos as realizações do governo Lula comparando-o com o de FHC. Os números mostram o mal causado ao Brasil pelos oito anos da administração tucana e o Brasil que temos hoje depois de 44 meses de trabalho.

Todos sabem que ainda há muito a ser realizado e essa é uma das razões para reelegermos Lula Presidente. Nosso governo se deparou com limitações burocráticas e políticas de caráter nacional e internacional. E enfrentou dificuldades na relação com o parlamento, que impediram a aprovação das reformas

necessárias. O fato da busca da governabilidade ter sido concentrada na relação parlamentar – e não na força existente na relação com a sociedade –, mais a constatação que a máquina pública estava montada para atender aos interesses de uma elite acostumada a se servir dela, foram outras das dificuldades enfrentadas.

Mas, se em algumas áreas o governo ficou aquém das nossas expectativas, noutras colocou em pauta temas que sempre foram bandeiras da esquerda.

O respeito aos movimentos sociais foi uma marca desse governo. O combate à fome e às desigualdades sociais assumiu a dimensão de política pública, mobilizando inclusive a comunidade internacional. A transparência e o combate à corrupção transformaram a prática de relacionamento do estado com a iniciativa privada, através dos leilões públicos.

Diferentemente de FHC, no nosso governo o Congresso instalou CPI's e investigou com li-

berdade. Esse não é um governo blindado, é um governo absolutamente transparente, que participa e responde a tudo.

O Ministério Público nunca teve tanta autonomia e apoio do executivo para exercer o seu papel. A Polícia Federal foi reequipada para exercer sua função e efetuou centenas de ações que serviram para desmontar quadrilhas que há muitos anos roubavam o dinheiro público e sonegavam impostos, como demonstram o caso Daslu, as operações Vampiro e Sanguessuga, essa última desvendando um esquema de corrupção no Ministério da Saúde que vinha do governo passado.

A Controladoria Geral da União exerce seu trabalho com mais estrutura e todo o rigor na fiscalização do dinheiro repassado para estados e municípios. Nessa área podemos dizer de cabeça erguida que ninguém investigou e puniu tantos corruptos como o governo Lula.

Finalmente, é preciso considerar a conjuntura na qual o Brasil está inserido. Com o esgotamento das experiências neoliberais na América Latina, que só fizeram aumentar o fosso existente entre os ricos e pobres, partidos de esquerda venceram as eleições em uma série de países, dentre eles o Brasil.

O governo Lula, solidariamente, desempenhou e desempenhará um papel fundamental para a integração política e econômica de nossa região,

ao contrário do que pregavam e praticavam as forças da direita. Neste contexto, a eleição brasileira ganha uma importância estratégica para evitar o retrocesso e prosseguir soberanamente no caminho das mudanças.

Mas não basta apenas ganhar a eleição. Precisamos criar condições para que o segundo mandato seja superior ao primeiro. Nesse sentido, é mais importante do que nunca lembrar que o nosso objetivo nas eleições de 2006 é também eleger mais parlamentares e governos de esquerda para continuar avançando nas mudanças que o Brasil precisa.

Nosso esforço principal deve ser, portanto, o de constituir maiorias eleitorais, políticas e sociais capazes de viabilizar, no prazo mais curto possível, as reformas estruturais indispensáveis a um longo ciclo de desenvolvimento, cuja estabilidade e consistência se alimentem e dependam da ampliação da igualdade social.

Por tudo o que aqui foi apresentado, uma derrota em 2006 não seria apenas a derrota de Lula ou do PT. Seria uma derrota dos movimentos progressistas, seria a retomada do governo por uma direita rancorosa, truculenta e que deseja interditar a esquerda por longos e longos anos. O futuro está em nossas mãos e nas do povo brasileiro.

É Lula de novo com a força do povo.



COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT • PCdOB • PRB

